

Brizola adverte que a última palavra ainda será do plenário

O ex-governador Leonel Brizola, candidato declarado à sucessão do presidente Sarney, disse que a aprovação dos quatro anos de mandato pela Comissão de Sistematização "foi o fato mais edificante que ocorreu nestes últimos tempos", mas ressaltou que "o povo precisa continuar atento porque essa decisão ainda não é definitiva, pois o plenário é que dará a última palavra". Brizola alerta para a possibilidade de mudança dessa decisão no plenário e diz que a aprovação do parlamentarismo representa uma "ameaça".

— Sarney, cujo governo praticamente se encerra com esta decisão, certamente tentará reagrupar suas forças. A grande ameaça ao povo brasileiro passa a ser o parlamentarismo, que poderá levar a um acordo entre as cúpulas do PMDB, do PFL e do PDS.

Para Brizola, "impor o parlamentarismo é transformar o voto direto em algo meramente simbólico".

— Seria uma afronta às esperanças do povo brasileiro, cuja expectativa é de, no mais curto prazo possível, votar e eleger um governo de sua confiança — disse.

Maluf — Para o ex-deputado Paulo Maluf, virtual candidato do PDS à presidência da República, a aprovação do sistema parlamentarista do governo "foi uma espécie de golpe do PMDB, que deseja condenar o presidente a ser uma rainha da Inglaterra". Maluf em São Paulo disse que, em princípio, é pelo presidencialismo, "mas a aprovação do parlamentarismo é soberana". Ele acredita que o parlamentarismo e o mandato de quatro anos para o presidente Sarney "passarão com mais

facilidade pelo plenário da constituinte".

Diante do novo quadro, Paulo Maluf — candidato derrotado à presidência da República no Colégio Eleitoral — não quis comentar a estratégia que adotará para sua candidatura à sucessão de Sarney. "Ninguém é candidato de si próprio. Este é um assunto a ser discutido pelo partido."

Na avaliação de Maluf, os constituintes atenderam ao reclamo popular, ao aprovar o parlamentarismo e os quatro anos para Sarney. Segundo ele, o povo está insatisfeito com esse governo "que não conteve a inflação, o déficit público e a corrupção". Maluf classificou o resultado como uma derrota muito grande para o governo e uma vitória da moralidade.

Newton vê golpe com eleições-88

O governador mineiro, Newton Cardoso, que vai hoje a Brasília atendendo chamado do presidente Sarney, advertiu sobre a ameaça de um golpe no país, se o plenário da Constituinte ratificar a decisão da Comissão de Sistematização em favor das eleições em 88 com parlamentarismo. "Se isto ocorrer, seis meses depois o doutor Urutu assume o governo deste país outra vez".

Explicando as razões de seu temor, Newton alinhou, com o encurtamento do mandato de Sarney e parlamentarismo, os dispositivos sobre a ordem econômica aprovados pela Comissão. Na opinião do governador, "o sistema produtivo do país ficará totalmente desorganizado". E nesse quadro, segundo Newton, as possibilidades serão desfavoráveis ao PMDB.

Arraes — Já o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, comemorou com seu vice, Carlos Wilson, as decisões da Sistematização: "Nós tínhamos razão", comentou. Arraes, que antes se mostrava simpático ao mandato de cinco anos, mudou de opinião, e nos últimos dois dias passou a comandar o trabalho de convencimento dos três constituintes pernambucanos que não queriam eleições em 88: Oswaldo Lima Filho, parlamentarista que cedeu lugar a Maurílio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho e Nilson Ribson.

Pires acha bom para democracia

"Certamente a nação brasileira está mais feliz agora e a democracia vai melhor", comemorou ontem o governador Waldyr Pires, depois da decisão da Comissão de Sistematização que fixou em quatro anos o mandato do presidente Sarney. Waldyr explicou que a expectativa de uma proximidade maior de resultados das urnas deverá "reduzir o fosso, que se alargava, ante o quadro grave do país, entre a sociedade e sua representação política."

Waldyr Pires disse que o clima de desilusão com as próprias instituições democráticas "poderia se generalizar tanto a ponto de pôr em risco essas instituições". O governador do Paraná, Alvaro Dias, disse que os constituintes só terão autoridade para reduzir o mandato do presidente Sarney "se fizerem o mesmo com seus próprios mandatos". Alvaro, que diante da aprovação dos quatro anos para Sarney na Sistematização defende a realização de eleições gerais, diz que não tem nenhum receio de abrir mão de seu mandato de governador.

"Não haverá legitimidade sem a renúncia dos constituintes, porque eles não foram eleitos pelo povo para assumir o compromisso de governar via parlamentarismo". Alvaro fez uma conclamação: "Vamos todos às ruas e às urnas para iniciar um novo tempo na nação".

Ermírio diz que ameaça foi erro

Para o empresário Antônio Ermírio de Moraes, diretor-superintendente do Grupo Votorantim — o maior grupo industrial do país — o presidente Sarney foi derrotado na questão do tempo de duração de seu mandato "porque cometeu o equívoco de ameaçar (com retaliações) os constituintes que votassem contra os "cinco anos".

"Foi sem dúvida uma decisão dura para o presidente da República, mas ele deveria saber que não estamos mais em época de fazer ameaças a ninguém. Acho até que ele poderia ter vencido, se não fizesse tal ameaça", observou Ermírio. O empresário — apontado como um dos presidentes possíveis para suceder Sarney — garantiu que sua posição continua a mesma: "Não aceito mesmo ser candidato".

O ex-ministro da Fazenda Dílson Funaro, insistindo que ainda é cedo para se falar em candidaturas, afirmou que a decisão da Comissão de Sistematização de aprovar mandato de quatro anos para o presidente Sarney foi um "ato cívico da Constituinte". Para o ex-ministro, os constituintes conseguiram "evitar pressões impostas por aqueles que ainda não perceberam a nova realidade nacional e assim fizeram a vontade do povo brasileiro, que hoje é ver terminado, o mais rápido possível, este governo de transição".

Comissão cria os novos estados de Tocantins, Roraima e Amapá

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização criou três novos estados — Tocantins, que compreende o Norte de Goiás, Amapá e Roraima, hoje territórios federais —, mas rejeitou a criação dos estados do Maranhão do Sul, Tapajós (com a divisão do Pará) e Triângulo Mineiro. Também foi rejeitada emenda do deputado Adolpho de Oliveira (P(PL-RJ) que propunha a separação do antigo Estado da Guanabara do atual Estado do Rio de Janeiro.

Emocionado, o deputado Siqueira Campos (PDC-GO) foi cercado por constituintes de todos os partidos que queriam abraçá-lo no plenário, quando o painel eletrônico da Sistematização apontou a vitória da emenda que cria o novo estado do Tocantins. "Parabéns, governador", foi o cumprimento que mais ouviu.

Enquanto isso, o deputado José Freire (PMDB-GO), adversário de Siqueira Campos no Norte de Goiás

mas seu aliado na luta pela criação do estado de Tocantins, era abraçado pelo relator Bernardo Cabral e agradecia aos aplausos do plenário.

Na véspera, os dois haviam conseguido o sinal verde das lideranças de todos os partidos para a aprovação da emenda, assegurando de antemão a vitória. Para dar um conteúdo mais ecumênico à decisão, Freire e Siqueira decidiram então abrir mão de encaminhar a votação em plenário, deixando a missão para constituintes de outras regiões: Wilson Martins, do PMDB de Mato Grosso do Sul, e Bonifácio de Andrada, do PDS do Minas Gerais.

— O resultado não foi surpresa para mim — disse Siqueira Campos, que há 24 anos luta pela fundação de Tocantins. — Referendaram a posição do Congresso Nacional, que por duas vezes já havia decidido fundar o estado de Tocantins — explicou, sem

esconder seu ressentimento em relação ao presidente José Sarney, que, nas duas ocasiões, vetou o projeto.

De acordo com a emenda aprovada ontem, será realizado plebiscito no Norte de Goiás 120 dias depois de promulgada a Constituição para definir a posição da população da região. Se ela, como tudo indica, pronunciar-se a favor da criação do estado do Tocantins, o presidente da República nomeará, num prazo de 30 dias, um governador *pro-tempore*, que terá 15 dias para tomar posse, quando será considerado oficialmente criado o Estado de Tocantins. No dia 15 de novembro de 1988, serão realizadas eleições para as três vagas do Senado, as oito cadeiras na Câmara dos Deputados e as 24 na Assembléia Legislativa. Se o novo estado for criado, o povo de Tocantins elegerá seu primeiro governador em novembro de 1990.

Três cidades disputam capital

Segundo o economista Célio Costa, estudioso e defensor da separação de Tocantins, o novo estado poderá se tornar o décimo produtor de grãos e criador de rebanho bovino do país, além de se colocar no sexto lugar como produtor de arroz e terceiro na extração de babaçu. A região é rica também em calcário, ouro, bauxita, cassiterita e gesso. O deputado Siqueira Campos acha que o estado poderá se tornar o oitavo da federação em economia. Célio Costa calcula que o Tocantins nascerá sem dívidas, porque receberá a reaplicação direta do ICM arrecadado, ao passo que hoje é obrigado a repassar 80% dessa verba para Goiás.

O desmembramento de Goiás conta com o apoio do governador Henrique Santillo e pelo menos três cidades já disputam a condição de futura capital: Porto Nacional, às margens do Tocantins, que liderou o movimento separatista no século passado (a luta pela divisão de Goiás têm 178 anos), Gurupi e Araguaína. Para montar a estrutura administrativa do novo estado, Célio Costa calcula em 20 mil o número de funcionários públicos necessários.

